

DF - Brasília

Comissão estuda Brasília

Quinze personalidades, incluindo Lúcio Costa, terão a tarefa de “repensar” a cidade

O governador Joaquim Roriz empossou ontem a Comissão de Altos Estudos, integrada por 15 personalidades, inclusive o urbanista Lúcio Costa, que terá como tarefa “repensar” Brasília. Logo após a solenidade, Roriz, abriu a primeira reunião do grupo para discutir a metodologia de trabalho. Através de dados e informações, a comissão orientará o governo na adoção de políticas de desenvolvimento para Brasília, cidades-satélites e área rural.

Alem de Lúcio Costa, integram a comissão dois ministros do Supremo Tribunal Federal — Rafael Mayer e Aldir Passarinho; um político — o ex-deputado e ex-ministro Carlos Sant'Anna; a arquiteta Maria Elisa Costa; Cristóvam Buarque, ex-reitor da UnB; três jornalistas — Carlos Castelo Branco, Antônio Carlos Drumond e Mauro Santayana; o ex-secretário-geral do Ministério do Interior, o engenheiro Henrique Brandão Cavalcanti; o assessor parlamentar Henrique Hargreaves, o médico Ernesto Silva e três advogados — Esdras Dantas, presidente da OAB-DF, o ex-ministro do TSE, Pedro Gordilho e o procurador-geral do DF, José Milton Ferreira. A comissão será presidida por Pedro Gordilho.

Contribuição

Na solenidade de posse, no Salão Nobre do Buriti, Roriz disse que o grupo não foi criado “para fazer apologia” aos projetos do governo, mas sim para sugerir medidas para o desenvolvimento integrado do DF. Segundo o governador, a comissão é composta por pessoas “da mais alta respeitabilidade, com relevante folha de serviços prestados ao Brasil, que poderão contribuir de forma decisiva na elaboração de uma Lei Orgânica à altura da capital do País”.

Roriz ressaltou que a comissão não tem características políticas ou partidárias e estará encarregada também de buscar subsídios junto à população a fim de ajudar o governo e a Câmara Legislativa a repensar o Distrito Federal. “A Comissão não se furtará a dar sugestões à Lei Orgânica, atendendo ao apelo feito pela Câmara à sociedade civil”, disse o chefe do Gabinete Civil, José Roberto Arruda.

Reunião

A primeira reunião da comis-



Foto Joaquim Firmino — GDF

Ao empossar os integrantes da Comissão de Alto Nível, Roriz diz que espera sugestões para orientar as políticas de governo

Os integrantes

Pedro Augusto de Freitas Gordilho — Nasceu em Salvador e é advogado no Distrito Federal. Atualmente, procurador do Estado da Bahia junto ao Superior Tribunal Federal.

Mauro Santayana — Jornalista profissional, trabalhou nos maiores jornais brasileiros. Foi assessor político de Tancredo Neves e adido cultural do Brasil em Roma até o fim do governo Sarney.

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque — Engenheiro e economista. Ex-reitor e professor da UnB. Foi chefe de gabinete do Ministério da Justiça.

Lúcio Costa — Professor, arquiteto e urbanista. Autor do plano urbanístico de Brasília. Foi diretor da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Antônio Carlos Drumond — Jornalista profissional. Foi subchefe da Casa Civil da Presidência da República e presidente da Radiobrás. Diretor Geral de Jornalismo da Rede Globo, em Brasília.

Aldir Guimarães Passarinho — Advogado, membro do Conselho da República. Foi ministro do Tribunal Fe-

deral de Recursos e do Supremo Tribunal Federal. Presidiu o Tribunal Superior Eleitoral e o Superior Tribunal Federal.

Luiz Rafael Mayer — Nasceu na Paraíba. Advogado. Presidiu o Supremo Tribunal Federal, de onde é ministro aposentado. Está em Brasília desde 1971.

Maria Elisa Modesto Guimarães Costa — Nasceu no Rio de Janeiro. Arquiteta autônoma. Atualmente, exerce suas atividades na área de Planejamento Urbano.

José Milton Ferreira — Goiano, está em Brasília desde 1960. Advogado. Procurador da Prefeitura de Goiânia e Consultor Jurídico da Assembléia Legislativa de Goiás. Procurador Geral do DF.

Carlos C.M. Sant'ana — Baiano, médico, político. Professor universitário. Deputado estadual, federal. Ministro da Educação e ministro da Saúde.

Ernesto Silva — Carioca, médico. Em Brasília, desde 1956, foi membro da Comissão de Localização da Nova Ca-

pital e um dos primeiros diretores da Novacap. É conselheiro da Fundação Educacional e do Memorial JK.

Esdras Dantas de Souza — Natural do Rio Grande do Norte. Advogado da área cível e criminalista, pós-graduado em Direito Público Interno. Professor de Direito Processual Civil. Presidente da OAB-DF.

Carlos Castelo Branco — Advogado e jornalista profissional. Piauiense. Columnista político do Jornal do Brasil. Assessor de imprensa do presidente Jânio Quadros. Membro da Academia Brasileira de Letras.

Henrique Eduardo Ferreira Hargreaves — Mineiro. Assessor Parlamentar da Câmara dos Deputados e da Subchefia do Gabinete Civil do governo Sarney. Assessor Legislativo da Liderança do PFL.

Henrique Brandão Cavalcanti — Carioca. Engenheiro Civil. Ex-secretário geral e ministro interino dos ministérios do Interior e das Minas e Energia. Ex-presidente da Siderbrás. Assessor da Organização dos Estados Americanos.

Câmara vota hoje projeto sobre Sarah

O plenário da Câmara dos Deputados deve apreciar hoje em regime de urgência urgente o projeto de lei do Executivo que extingue a Fundação das Pioneiras Sociais (responsável pela gerência do Sarah Kubitschek) e cria o serviço autônomo “Associação das Pioneiras Sociais”. O projeto já foi aprovado pelas comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Seguridade Social e Família.

Ontem, funcionários do Sarah Kubitschek percorreram os gabinetes das lideranças da Câmara e apresentaram aos parlamentares um documento com mais de 600 assinaturas de servidores contrários à aprovação da matéria.

Projeto

O projeto do governo propõe o fim da estabilidade no emprego para os funcionários do Sarah Kubitschek e dos hospitais administrados pela Fundação das Pioneiras Sociais. O governo justifica a proposta dizendo que o modelo estatutário impede que hospitais como o Sarah contratem servidores em regime de dedicação exclusiva e tempo integral.

Este é o ponto mais criticado pelos funcionários do Sarah, que temem perder garantias trabalhistas estabelecidas pela Constituição de 1988. “Com o fim da estabilidade, eu que sou auxiliar de fisioterapia no Sarah há dezoito anos, metade da minha vida, posso a qualquer hora perder meu emprego”, diz, revoltada, Raimunda Silva Almeida, que além de ser funcionária do Sarah Kubitschek é da diretoria do Sindicato dos Servidores Públco do DF (Sindsep).

O projeto do Executivo também confere à Associação das Pioneiras Sociais autonomia para gerir os hospitais, podendo celebrar convênios com instituições privadas para custear programas e projetos compatíveis com seus objetivos sociais. As contas do Sarah Kubitschek e dos outros dois hospitais, em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, serão fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União.